

COMUNICADO TÉCNICO

Articulação Parlamentar



FIERGS CIERGS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ALRS adia votação do piso regional

A polêmica gerada pelos vencimentos dos indicados pelo governador Eduardo Leite aos cargos de direção do Bannisul retardou a votação, pela Assembleia Legislativa, do Projeto de Lei 172/2019, que reajusta as cinco faixas do piso regional em 3,43%. É a segunda semana em que a proposição acaba não sendo apreciada, recebendo desta vez emenda que, ao contrário das alterações legislativas tradicionalmente apresentadas à matéria todos os anos, busca equipar os valores do piso regional com o mínimo nacional, em vez de ampliar o índice de majoração dos valores.

O PL 172/2019 foi protocolado no início de abril, ultrapassando o prazo costumeiro para o início de sua tramitação no Legislativo gaúcho. Com foco na PEC que retirou a necessidade de plebiscito para a venda das estatais de energia, o governo não fez questão de votar o PL até duas semanas atrás, quando conseguiu acordo de líderes para a publicação da matéria.

Mesmo sem a análise da Comissão de Constituição e Justiça e com uma audiência pública da Comissão de Economia marcada para debater o tema, a liderança do Governo tentou incluir o Projeto de Lei 172/2019 na Ordem do Dia da última terça-feira, 14. Ação das federações empresariais conseguiu retardar a votação, com foco na importância da discussão da matéria na [audiência da Comissão de Economia](#). O evento ocorreu no último dia 15 e contou com as presenças do Coordenador do Conselho de Relações do Trabalho, Thômaz Nunnenkamp, e do economista-chefe da FIERGS, André Nunes de Nunes.

Emendas

Ao longo do debate sobre os futuros salários dos indicados para os cargos de chefia do Bannisul, bancadas simpáticas à ideia de extinção do piso regional, como o NOVO e o PSL, negociaram a apresentação de emenda, protocolada ao longo da tarde. Estabelece a emenda que, a partir de janeiro de 2020, os pisos salariais não serão reajustados até que o valor do mínimo nacional alcance a primeira faixa vigente no Rio Grande do Sul. Também há emenda, de autoria do deputado Fernando Marroni (PT), que amplia o reajuste das cinco faixas salariais para 4,61%, com o argumento de que foi esta a majoração dada ao salário mínimo nacional.

Caso o Parlamento aprove o reajuste pretendido pelo governo e a emenda, o patamar para desencadear novo reajuste seria quando o salário mínimo nacional alcance a quantia de R\$ 1.237,20, a ser recebido por trabalhadores na agricultura e na pecuária; nas indústrias extrativas; em empresas pesqueiras; empregados domésticos; em turismo e hospitalidade; nas indústrias da construção civil; nas indústrias de instrumentos musicais e de brinquedos; em estabelecimentos hípicas; empregados motociclistas no transporte de documentos e de pequenos volumes - “motoboy”; e empregados em garagens e estacionamentos.

Com a falta de acordo para aprovar os nomes indicados para o banco gaúcho, os deputados reativos às nomeações usaram a estratégia de retirar o quorum, transferindo não apenas esta proposição para a próxima terça-feira, 28, mas também a do piso regional.

Fonte: Equipe Executiva COAP